



“Abordagem sistêmica e sustentabilidade:
produção agropecuária, consumo e saúde”.

06 a 08 de Julho de 2016

Universidade Católica de Pelotas/UCPel
Pelotas - RS

SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS DA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE CERRO LARGO (RS): UM ESTUDO BASEADO NA ANÁLISE-DIAGNÓSTICO DE SISTEMAS AGRÁRIOS

Autor(es): José Tobias Marks Machado¹; Jeferson Tonin¹; Benedito Silva Neto²

Filiação: Mestrando no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento

Rural/UFRGS¹; Professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul²

E-mail: tobias.machado@hotmail.com; jeferson.tonin@hotmail.com; bsn@brturbo.com

Grupo de Pesquisa: Abordagem Sistêmica Aplicada ao Desenvolvimento Rural Sustentável

Resumo

A mais de 20 anos a Agricultura Familiar foi reconhecida e legitimada enquanto categoria social nos cenários, político, social e acadêmico. O município de Cerro Largo localizado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul é um município pertencente às chamadas colônias novas e por sua vez fortemente marcado por agricultores de tal categoria social. O objetivo deste trabalho é realizar uma avaliação da situação e das perspectivas do desenvolvimento da agricultura do município de Cerro Largo por meio do método de Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA). Constatou-se uma hegemonia da agricultura familiar na dinâmica da agricultura do município, a qual desenvolve sistemas de produção alta capacidade de geração de valor agregado e com uma utilização intensiva dos meios de produção, de modo geral. No entanto, tal dinâmica não incide em todos os tipos de agricultores, fazendo com que progressivamente possa haver uma diferenciação e exclusão de agricultores e conseqüentemente uma diminuição na equidade social. Do ponto de vista ambiental, a intensificação do sistema de produção do leite, em geral baseado no uso de silagem em plantios sucessivos e sem o uso de cobertura de solo, tem aumentado as perdas de solo por erosão. Desse modo políticas públicas que vão de encontro a uma diminuição das disparidades sociais na agricultura devem ser analisadas para o município de Cerro Largo.

Palavras-chave: Agricultura familiar, desenvolvimento rural, reprodução social, equidade.

Abstract

The over 20 years Family Agriculture was recognized and legitimized as a social category in the scenarios, political, social and academic. The municipality of Cerro Largo located in the northwestern region of Rio Grande do Sul state is a municipality belonging to the new colonies and strongly marked by family farming. The aim of this paper is to assess the situation and perspectives of development of the Cerro Largo agriculture by the method of

Análise- Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA). We found a hegemony of family farming in the dynamics of agriculture, which develops production systems high capacity value generation and intensive use of the means of production. However, no such dynamic applies to all types of farmer, making progressively can be a differentiation and deleting farmers and consequently a decrease in social equity. From an environmental point of view, the enhancement of milk production system, generally based on the use of silage in successive crops and without the use of ground cover, has increased soil losses caused by erosion. This public policy so that going against a reduction of social disparities in agriculture should be analyzed for the city of Cerro Largo.

Key words: *Family Agriculture, rural development, social reproduction, equity.*

1. INTRODUÇÃO

No Brasil desde a década de 1990 o termo Agricultura Familiar tem sido reconhecido e legitimado nos cenários, político, social e acadêmico (SCHNEIDER, 2009). No campo político, a adoção do termo surgiu como categoria síntese feita pelos movimentos sociais do campo para um conjunto de categorias sociais até então não reconhecidas e marginalizadas pelo Estado. Diante da organização e pressão do movimento sindical rural da época, é que o próprio Estado cria como forma de resposta a tais inquietações, o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Em meio a esse movimento em torno da Agricultura Familiar tal termo passa a ser escopo de estudo de uma maior gama de trabalhos acadêmicos onde é amplamente relacionada como categoria social importante, e em alguns casos tratado como categoria ‘endógena’, do desenvolvimento rural.

Dentre as diferentes óticas de análise das situações agrícolas de um modo geral, bem como da análise da Agricultura Familiar e do desenvolvimento rural, a teoria dos Sistemas Agrários se distingue das demais teorias por tratar a agricultura como constituída por uma série de sistemas em constante evolução, cada qual com problemas específicos relativos ao seu próprio desenvolvimento (SILVA NETO, 2015). Desse modo torna-se evidente, no âmbito de tal Teoria, que as intervenções para a superação dos problemas de desenvolvimento da agricultura, devam partir de estudos sistêmicos que consideram a sua dinâmica em seu nível local.

Passados exatos 20 anos da criação do Pronaf e do reconhecimento Agricultura Familiar, enquanto categoria social, são raros os trabalhos os quais incorporem na análise do desenvolvimento da agricultura familiar à preocupação em elucidar a especificidade dos processos de exclusão social decorrentes de sua própria evolução histórica. Ou seja, trabalhos que se propõem a refletir, fazer ponderações e recomendações para um desenvolvimento

equitativo da mesma. Uma vez que mesmo sendo adequado de um ponto de vista ecológico, um processo de desenvolvimento que implique sistematicamente na marginalização social e na exclusão do processo produtivo de parte dos agricultores não pode ser considerado como um processo sustentável (SILVA NETO, 2014).

Diante disso, à análise dos processos de diferenciação social que caracterizam a dinâmica da agricultura é um dos aspectos centrais tratados nos estudos baseados na abordagem da agricultura em termos de sistemas agrários (SILVA NETO, 2014). É possível, pois, que a partir desta abordagem possam ser feitas contribuições importantes para o debate de um desenvolvimento da agricultura familiar não excludente e mais equitativo.

O objetivo deste artigo é realizar uma avaliação da situação e das perspectivas do desenvolvimento da agricultura do município de Cerro Largo por meio do método de Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA). Para tanto, inicialmente o trabalho realiza uma apresentação dos aspectos metodológicos da “Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários – ADSA”. Posteriormente serão apresentados resultados do estudo baseado na ADSA sobre a agricultura do município de Cerro Largo. Por fim serão feitas reflexões sobre a agricultura do município de Cerro Largo, especialmente no que diz respeito à situação dos agricultores familiares e ao seu papel no desenvolvimento rural do município.

2. A ABORDAGEM DOS SISTEMAS AGRÁRIOS APLICADA AO ESTUDO DE DINÂMICAS LOCAIS DA AGRICULTURA: A “ANÁLISE-DIAGNÓSTICO DE SISTEMAS AGRÁRIOS”

O que é denominado de Teoria dos Sistemas Agrário ou a Abordagem em termos de Sistemas Agrários consiste em uma interpretação histórica e evolutiva do desenvolvimento da agricultura, como proposta por Mazoyer; Roudart (2010) e Dufumier (2004), cujas consequências metodológicas se expressam no método chamado “Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários” (DUFUMIER, 2007). A aplicação dos procedimentos da ADSA é indissociável de uma visão histórica e evolutiva ampla, em que a natureza ampla e complexa da agricultura deve ser reconhecida (SILVA NETO, 2007).

Diante disso a ADSA, conforme descrita por Dufumier, 2007, aborda a realidade agrária em termos sistemas e em diferentes níveis. Desse modo onível do “Sistema Agrário” é o mais geral, o qual corresponde ao modo específico de exploração do ecossistema, resultante

de transformações históricas profundas e de adaptações geográficas em larga escala. Neste nível de análise o que importa são as tendências históricas que regem as grandes mudanças da agricultura, e as seguintes variáveis são consideradas essenciais: o ecossistema cultivado enquanto produto histórico das transformações promovidas pelo homem sobre o ecossistema natural; os meios de produção, as ferramentas, máquinas e materiais biológicos (plantas cultivadas e animais domésticos), resultantes dos processos de adaptação, seleção e melhoramento desenvolvidos historicamente pelos agricultores e outros agentes; a força de trabalho e as relações de produção às quais ela está submetida (trabalho familiar, assalariamento e parceria), que regem a repartição do produto e condicionam fortemente os critérios de investimento dos agricultores; o modo de exploração e reprodução do ecossistema cultivado resultante da forma específica como os instrumentos de produção empregados, em função das características do ecossistema, da distribuição dos meios de produção, da força de trabalho disponível e das relações de produção vigentes.

O segundo nível de análise corresponde ao sistema de produção, entendido como a forma específica com que os meios de produção e a força de trabalho disponíveis em uma unidade de produção agropecuária são combinados para a exploração do ecossistema. Pois, em um sistema agrário, a combinação dos meios de produção e das atividades produtivas não é homogênea, definindo diferentes sistemas de produção.

O terceiro nível aborda os subsistemas de cultura e de criação, no qual são analisadas a produção vegetal e a produção animal desenvolvida na unidade de produção. O subsistema de cultivo corresponde à forma como determinada gleba de terra é cultivada ao longo dos anos (rotações ou sucessões de culturas). O subsistema de criação é definido como a maneira de condução das produções animais (espécies, técnicas de alimentação e de manejo, áreas utilizadas). Enfim, o quarto nível de abordagem corresponde à análise dos itinerários técnicos aplicados nas culturas e criações da unidade de produção, os quais são definidos como uma sucessão lógica de operações técnicas elementares (a aração, a aplicação de defensivos, por exemplo).

Deve ser pontuado que a análise-diagnóstico de sistemas agrários segue alguns princípios metodológicos básicos, a saber: é desenvolvida de forma progressiva, partindo do geral para o particular; busca explicar os fenômenos e fatos através do uso sistemático do enfoque histórico e da avaliação econômica da atividade agropecuária; utiliza a estratificação como procedimento analítico (zoneamento geográfico, tipologia de unidades de agricultores e sistemas de produção); analisa a realidade em termos sistêmicos (sistema agrário, de

produção, de cultivo, de criação e agroecossistema), enfatizando a relação entre os fatos ecológicos, técnicos e socioeconômicos; adota um procedimento de amostragem não aleatória, realizada de forma intencional e ou dirigida.

2.1 PRINCIPAIS ETAPAS DA ADSA

Seguindo os preceitos metodológicos da abordagem em Termos de Sistemas Agrários, a análise-diagnóstico da agricultura do município de Cerro Largo foi elaborada em cinco etapas. Na *primeira etapa* foi feita uma caracterização agrossocioambiental do município. Nessa etapa foi feita uma “leitura da paisagem” a qual serviu para definição de zonas com relativa homogeneidade quanto às condições de solo, relevo, vegetação, tipo de culturas e criações e condições de infraestrutura. A *segunda etapa* teve o objetivo de realizar a Análise da formação histórica e das trajetórias de acumulação, para isso fez-se uma análise da evolução histórica principalmente da agricultura na microrregião, procurando reconstruir os principais processos de diferenciação social e trajetórias de acumulação de capital relacionadas à agricultura. As informações foram principalmente por meio de entrevistas com indivíduos que acompanharam as transformações sofridas pela agricultura durante as últimas décadas.

Na *terceira etapa*, as unidades de produção foram agrupadas em tipos levando em consideração a análise dos processos de diferenciação social identificados na etapa anterior. Os tipos definidos visam agrupar as unidades de produção em função das categorias sociais e sistemas de produção encontrados. As informações para realização da tipologia são obtidas por meio de entrevistas com agricultores, os quais são selecionados progressivamente ao longo do estudo, adotando-se como ponto de partida as trajetórias de acumulação identificadas na etapa anterior. São utilizadas como categorias sociais básicas, “agricultores familiares”, “agricultores patronais” e “investidores capitalistas”. Sendo definidos como agricultores familiares, aqueles cujos sistemas de produção utilizam trabalho majoritariamente familiar, não dependendo estruturalmente de mão de obra contratada para funcionamento pleno do estabelecimento. Os “agricultores patronais” são aqueles que utilizam mão de obra familiar, mas dependem estruturalmente de mão de obra contratada para pleno funcionamento. Os investidores capitalistas, por sua vez, assim como os membros de suas famílias não trabalham diretamente nas atividades agropecuárias. Sendo o funcionamento da unidade de produção assegurado totalmente por mão de obra contratada. Vale destacar que dentre os agricultores familiares muitas vezes são identificadas categorias sociais mais

específicas às condições locais como os minifundiários (agricultores que dependem da venda da sua força de trabalho no exterior da unidade de produção), camponeses (agricultores que tem como uma das suas principais características um alto grau de autonomia em relação ao mercado), parceiros, meeiros, entre outros.

Posteriormente na *quarta etapa* é feita a análise dos sistemas de produção, onde é realizada a caracterização técnica e a avaliação econômica dos sistemas de produção, visando esclarecer a capacidade de reprodução social de cada tipo. A caracterização técnica tem o objetivo de identificar os períodos em que a unidade de produção sofre as maiores restrições de recursos (períodos críticos), por meio da análise dos calendários de uso da mão de obra e dos equipamentos ao longo do ano agrícola, assim como dos fluxos monetários e de nutrientes, ligados a cada atividade agropecuária praticada por um tipo específico de unidade de produção. Tratando-se da avaliação econômica, para cada tipo definido foram elaborados modelos lineares representando a variação dos resultados econômicos, sendo estes, valor agregado e renda. A medida de valor agregado permite a avaliação da capacidade de geração de riqueza pela unidade de produção para a sociedade como um todo, segundo sua escala de produção. Os modelos de renda por sua vez permitem avaliar a capacidade de geração de renda para os agricultores pelo sistema de produção de cada tipo de acordo com a escala de produção, sendo que com isso pode ser definida a escala mínima necessária para a reprodução de cada tipo enquanto categoria social. Foram elaborados também modelos de composição da renda dos agricultores para uma análise mais profunda sobre a contribuição de cada sistema de produção para a renda, tanto em termos absolutos como também por unidade de superfície.

A partir das avaliações econômicas, serão feitas reflexões sobre o desenvolvimento rural do município, procurando identificar atividades ou técnicas as quais tendem a dinamizar a agricultura ou concentrar a mesma. Com base nestes resultados serão também discutidas linhas estratégicas para a diminuição das desigualdades entre categorias sociais e a dinamização equitativa do desenvolvimento.

Os procedimentos recém descritos foram adotados para o estudo da agricultura de Cerro Largo, dentro de um projeto mais amplo (SILVA NETO, 2014). O estudo envolveu várias instituições locais e em torno de 25 estudantes da Universidade Federal da Fronteira Sul, além de aproximadamente 50 agricultores do município.

3. O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA DE CERRO LARGO

O município possui uma área de 177,675 km² contando com uma população de 13.289 habitantes, dos quais 2.718 residem no meio rural (IBGE, 2010). Os estabelecimentos rurais do município possuem área média de 14,09 hectares (IBGE, 2006), sendo as principais atividades agrícolas desenvolvidas a produção de grãos (soja, milho e trigo), produção leiteira e suinocultura. O grau de concentração fundiária, calculado por meio do Índice de Gini com dados do ano de 2006 é de 0,46. O Índice de Desenvolvimento Humano do município no ano de 2010 era de 0,764 e a concentração da renda calculada pelo Índice de Gini de 0,42.

3.1 CARACTERIZAÇÃO AGROSSOCIOAMBIENTAL E A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE CERRO LARGO

Via utilização da leitura da paisagem foram delimitadas cinco zonas, as quais apresentavam heterogeneidades tanto pela característica de agricultura existente como também pelos condicionantes ecológicos dessas atividades agrícolas.

A *Zona 1* tem como principal característica a baixa aptidão para o cultivo de grãos: nesta zona agrossocioambiental predominam solos rasos com afloramento de rochas e relevo acentuado. Há baixa concentração fundiária entre as propriedades havendo predomínio da produção de leite e eventualmente suinocultura, se observando também uma predominância de vegetação natural. A *Zona 2* é tida como uma microrregião apta ao cultivo de grãos, havendo a predominância de relevo levemente ondulado, solo médio a profundo. As propriedades são de médio porte nas quais predominam tanto a produção leiteira e as culturas anuais (soja, milho e trigo).

Já a *Zona 3* tem como característica principal a maior exclusividade da produção de grãos, constata-se um relevo levemente ondulado com predominância de solos profundos. As propriedades são relativamente grandes nas quais a produção de grãos é a atividade principal. Aa *Zona 4* é predominante a agricultura de subsistência, composta por pequenas propriedades, nas quais ocorre a produção para a subsistência com diversificação de culturas e menor grau de uso de insumos e mecanização. Por fim, a *Zona 5* marcada pela grande quantidade de “sítios”, onde atividades não agrícolas com habitações destinadas ao lazer predominam. Geograficamente esta região está localizada próxima ao lago da usina hidrelétrica Passo São José ou próximas a área urbana, geralmente não usada para fins agrícolas. Deve ser pontuado que a diversidade das condições agrossocioambientais para a atividade agropecuária no município não devem ser negligenciadas no estudo do desenvolvimento da agricultura.

3.2 EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DA AGRICULTURA

O estudo procurou explicações sobre as transformações que ocorreram na agricultura local, por meio da análise da história agrária do município. Nesse sentido, buscou-se reconstituir a trajetória de evolução e diferenciação das formas e condições de produção, com vistas a identificar as condições sob as quais ocorreram a acumulação de capital e a diferenciação das categorias sociais e dos sistemas de produção praticados pelos agricultores.

O desenvolvimento da agricultura do município de Cerro Largo foi fortemente marcado pela colonização por europeus não ibéricos, ocorrida a partir de meados do século XIX, característica dos estados do sul do Brasil, sendo considerado por Silva Neto (2015) um município pertencente às Colônias Novas do Rio Grande do Sul, a qual abrange uma região predominantemente marcada pela agricultura familiar. A evolução da agricultura do município pode ser dividida em períodos históricos os quais apresentam peculiaridades evolutivas na formação do sistema agrário. O primeiro período corresponde à formação da colônia (1920 – 1950). Não fugindo da característica de ocupação do noroeste do Estado do Rio Grande do Sul apresentada por Frantz e Silva Neto (2015), a colonização do município de Cerro Largo ocorreu por meio de colonos não ibéricos e seus descendentes. A peculiaridade deste caso se dá pela organização de acesso a terra, onde é observado protagonismo principal da Igreja Católica nesse processo, a qual era a mediadora do assentamento dos colonos ora com Estado, ora com companhias privadas de colonização. Nesse sentido as áreas foram divididas em lotes de 25 hectares os quais podiam ser adquiridos em quantidade de no máximo um lote por família. Tal organização é comprovada por mapas da época que destacam toda a área do município dividida em lotes de mesmo tamanho e com a preocupação de acesso à água. Para pagamento da propriedade da terra os colonos dispunham, além dos recursos obtidos com a venda da produção agropecuária, da possibilidade de trabalhar em obras públicas (principalmente na construção de estradas).

Neste período a região era majoritariamente coberta por mata nativa, onde a reprodução da fertilidade dos solos era feita pelo sistema de derrubada e queimada pelos habitantes locais (índios e caboclos), sistema esse reproduzido também pelos imigrantes nesse primeiro momento. Mesmo havendo nesse primeiro momento uma relativa homogeneidade de acesso à terra a heterogeneidade das condições para a acumulação dos demais meios de produção, levou a um intenso processo de diferenciação social.

Passada a colonização num segundo momento datado de 1920 a 1950, é observado um intenso desenvolvimento da agricultura colonial, onde a criação do suíno tipo banha teve destaque para a acumulação de capital pelas famílias. Ainda durante esse período os métodos de derrubada e queimadas, e a consorciação de culturas eram tidos como técnicas para a reprodução da fertilidade do solo. Contudo nesse momento há uma expansão da área cultivada e por consequência maior pressão produtiva sobre os solos, trazendo maior esgotamento da fertilidade natural do agroecossistema.

No período seguinte (1950 – 1970), é marcado por um agravamento dos problemas relacionados à fertilidade do solo, havendo assim o início da utilização de insumos e equipamentos de origem industrial, ainda que não de forma generalizada. Em conjunto ao uso de insumos é introduzida a soja havendo, na produção animal, a substituição da aptidão das raças de suínos (tipo banha para tipo carne). Tais modificações na dinâmica da agricultura faz com que a produção passe a ter maior contribuição na geração de renda via a comercialização, sendo refletida na maior capitalização, aquisição de terras, acesso a energia elétrica e fundação de clubes sociais.

É no período entre 1970 a 1990 que é verificada a generalização do uso de insumos e equipamentos de origem industrial e uma consolidação do plantio da soja. A utilização de preparo convencional do solo para o plantio da leguminosa traz consigo maiores problemas relacionado com a erosão dos solos. Na produção animal, tem-se início ao sistema integrado de criação de suínos e um aumento da produção leiteira. Há nesse período um princípio de descapitalização de algumas propriedades as quais por razões de aptidão das terras ou de acesso aos meios de produção excluem trabalhadores, levando assim ao início de êxodo rural.

Durante as décadas de 1990 a 2010, há uma intensificação acentuada do uso insumos de origem industrial tanto na produção de soja como na produção suinícola e leiteira, cabendo fazer destaque a generalização do uso de agrotóxicos e de sementes transgênicas. Nesse processo é acentuado o êxodo rural e descapitalização de alguns tipos de agricultores. Mais recentemente no ano de 2011, houve a instalação da Usina Hidrelétrica Passo São José, a qual impactou pela desapropriação e realocação de alguns agricultores de suas unidades de produção.

A partir dos processos histórico-evolutivos de diferenciação social, e das trajetórias de acumulação dos agricultores, foram identificados cinco tipos de agricultores considerados como os principais responsáveis pela dinâmica do desenvolvimento rural do município de Cerro Largo, sendo estes: Tipo Familiar Leite Intensivo; Tipo Familiar Leite Grãos

Mecanização Completa para Grãos; Patronal Grãos; Tipo Familiar Leite Grãos Mecanização Incompleta para grãos, Tipo Minifundiário. Além desses tipos principais, foi identificado um tipo como secundário na dinâmica do desenvolvimento da agricultura do município, sendo esse denominado Tipo Familiar Diversificado.

4. PERFIL ATUAL DA AGRICULTURA

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS TIPOS

I Familiar Leite Intensivo

Este tipo de unidade de produção é caracterizado pela produção intensiva de leite onde a produção apresenta alto nível de mecanização, contando com todas as máquinas e equipamentos necessários para garantir a eficiência operacional da produção de leite.

II Tipo Familiar Leite Grãos - Mecanização Completa para Grãos

Apresentam equipamentos e máquinas para operacionalização tanto da produção de leite quanto para produção de soja. A superfície agrícola útil desse tipo é suficiente para garantir a mecanização da lavoura de grãos. Sendo as superfícies uteis geralmente maior em relação aos tipos que se dedicam apenas a produção de leite e aquelas que não apresentam mecanização para a produção de grãos.

III- Patronal Grãos

Caracterizado pela maior disponibilidade de área e pela dedicação exclusiva à produção de grãos com contratação de mão de obra para o funcionamento da unidade de produção. Por praticar atividades menos intensivas no uso da terra é o Tipo o qual requer uma superfície de área útil para garantir sua reprodução socioeconômica.

IV - Tipo Familiar Leite-grãos com mecanização incompleta

Tipo o qual se caracteriza pela capacidade de operacionalização da produção de leite, fazendo geralmente uma divisão de áreas de plantio durante o inverno e verão. Durante o inverno utiliza a totalidade de sua área para a produção leiteira, sendo que no verão dedica parte da área para a produção de soja.

V – Minifundiários

O tipo minifundiário é caracterizado pela baixa disponibilidade de superfície agrícola útil, ou a baixa aptidão dessa superfície para a agricultura, o que faz com que não consiga atingir a reprodução social exclusivamente com a exploração agrícola. Porém esse tipo de agricultor

viabiliza a permanência no meio agrícola através da venda da força de trabalho, seja na cidade ou em outras propriedades rurais.

VI - Familiar diversificado

É um Tipo considerado secundário, o qual exerce papel incipiente na dinâmica da agricultura do município. Tal tipo é caracterizado por agricultores os quais não possuem acesso aos meios de produção suficiente, (principalmente superfície útil e capital) para se dedicarem a sistemas de produção que caracterizam os tipos principais. Desse modo é predominante nos sistemas de produção com diversificação de culturas para consumo da família e venda do excedente, com baixo grau de uso de insumos e de mecanização.

4.2 SISTEMAS DE PRODUÇÃO, GERAÇÃO DE RIQUEZA A REPRODUÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES

A análise da situação econômica das unidades de produção (UP) via a utilização de dados da renda agrícola, tem como objetivo avaliar a capacidade de geração de riqueza da UP para a sociedade, bem como a capacidade de reprodução social de cada tipo de agricultor.

Em conta disso à análise dos sistemas de produção praticados pelos diferentes tipos de agricultores, foram elaborados modelos lineares para definir a variação da renda em relação à escala de produção. Tal modelo permitiu comparar os sistemas de produção quanto aos seus potenciais de geração de renda (indicados pelo coeficiente "a" do modelo) como também a área mínima para que cada tipo alcance uma renda equivalente ao custo de mão de obra, para que assim determinado tipo possa se reproduzir socialmente. A renda mínima, neste caso foi estimada em um (01) salário mínimo (incluindo o 13º salário), por unidade de trabalho familiar (R\$ 10.244,00 por ano) para que assim se alcançasse o nível de reprodução social (NRS). Deve se considerar como os vencimentos de salário mínimo referentes ao ano em que fez-se este estudo (2014).

Na **tabela 1** podemos observar a Renda agrícola por Unidade de Trabalho Familiar de cada tipo de unidade de produção encontrada no município, bem como a Superfície de Área Útil (SAU) mínima necessária para que o nível de reprodução social seja atingido. Observando a **tabela 1**, pode se afirmar que para o caso de propriedade familiares do município de Cerro Largo, os sistemas produtivos que integram a produção leiteira com a produção de grãos, são capazes de gerar renda superior aos demais sistemas, sendo possível

através desse sistema, garantir a reprodução socioeconômica dos agricultores, com um requerimento de SAU/UTF relativamente baixo.

TABELA 1. Modelos da renda agropecuária por unidade de trabalho familiar (Renda Agrícola/UTF), nível mínimo de renda para a reprodução social (NRS) e área mínima para a reprodução social dos tipos de agricultores de Cerro Largo (RS).

Tipo	Parâmetros dos modelos de renda agropecuária ($Y = a \times x + b$)			Área mínima para reprodução social	Renda Agropecuária/UTF (variável "Y")
	Potencial de renda/SAU (coef. "a")	Gastos não proporcionais (coef. "b")	SAU/UTF (variável "x")		
Principais					
1. Familiar Leite intensivo	4.077,70	-2.030,00	22,4	3	89.310,48
2. Familiar Leite-grãos com mecanização completa	2.412,60	-2.285,00	31	5	72.505,60
3. Patronal Grãos	1.513,30	-7.524,30	210	12	310.268,70
4. Familiar leite grãos com mecanização incompleta	1.462,40	-4.883,40	26,5	10	33.870,20
5. Minifundiários	458,16	-707,5	15,5	24	6.393,98
Secundário					
6. Familiar diversificado	2.517,70	-362,5	10	4	24.814,50

Fonte: dados da pesquisa

Pode ser observado pela tabela 1, excetuando-se o tipo de agricultores minifundiários, que todas as demais tipologias de agricultores do município de Cerro Largo atingem a renda a qual permite sua reprodução enquanto categoria social. No entanto devem ser explicitadas a diferença entre os coeficiente 'a' de cada tipo, o qual indica o grau de intensificação do uso da terra. Nota-se que o tipo Familiar leite intensivo, apresenta maior coeficiente 'a' seguida

dos tipos Familiar diversificado e Familiar leite grãos com mecanização completa. Desse modo por apresentarem uma exploração intensiva de seus meios de produção tais tipos apresentam uma alta produtividade marginal da terra, fazendo com que a área necessária para se alcançar a reprodução social seja menor, sendo o contrário verdadeiro para os outros três tipos como pode se ver pela figura 1.

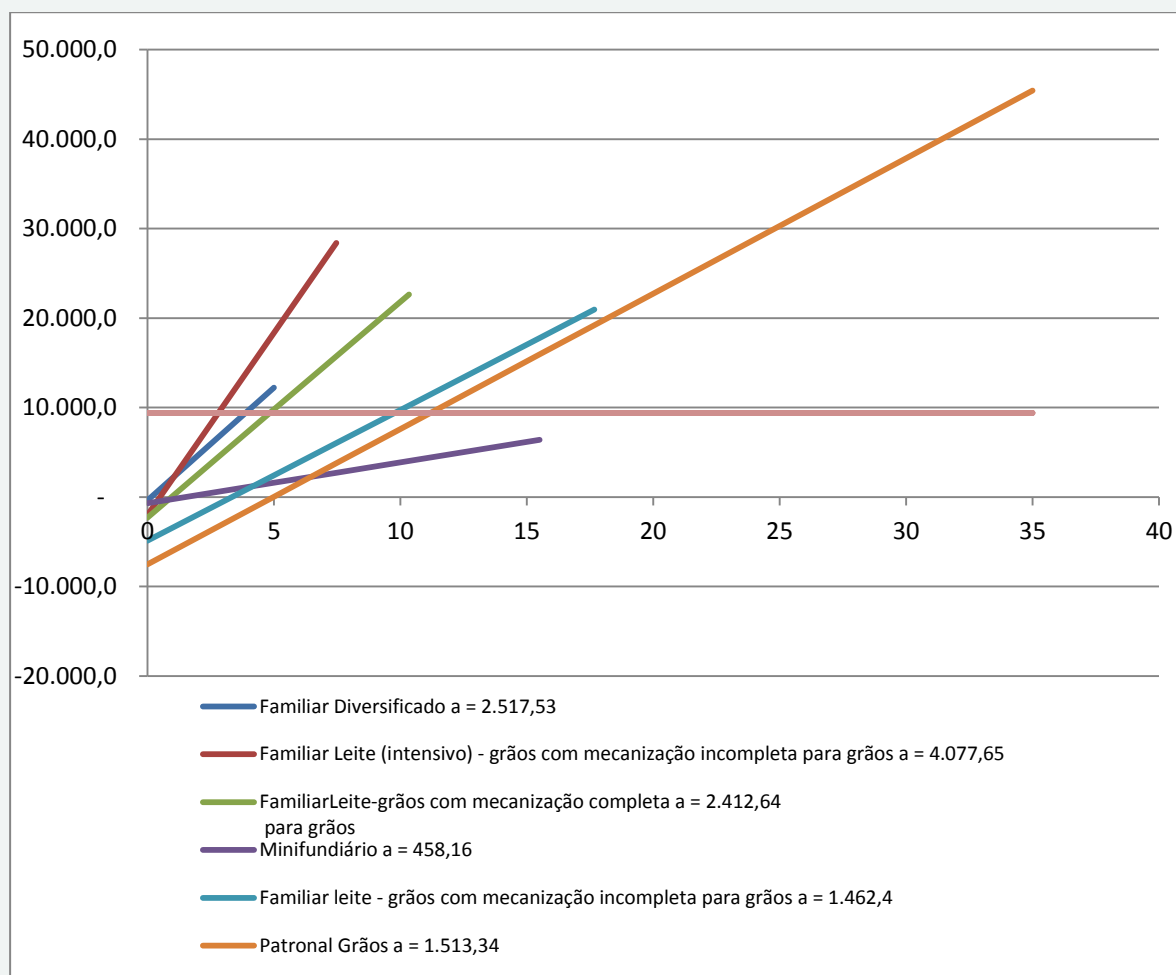


Figura 1: Gráfico da capacidade de reprodução social das tipologias familiares no município de São Pedro do Butiá.

A utilização menos intensiva dos meios de produção dos tipos os quais em maior ou menor grau utilizam a soja em seus sistemas de produção, fica demonstrada pela necessidade de uma maior superfície útil para alcançarem níveis que assegurem sua reprodução enquanto categoria social. Na figura 1, deve ser chamada a atenção para o caso do tipo Familiar diversificado, o qual embora apresente um coeficiente 'a' bastante elevado, indicando alta produtividade marginal da terra, devido sua menor superfície agrícola útil tem uma menor renda em comparação aos demais tipos, fazendo com que fique mais exposta a situações de dificuldade de reprodução social.

Tratando-se do caso dos minifundiários, a baixa intensificação de exploração dos meios de produção, seja decorrente de estarem em condições desfavoráveis de acesso a meios de produção e/ou por serem obrigados a explorarem áreas com baixa aptidão agrícola, faz com que não atinjam o nível de reprodução social, necessitando assim de complementação à sua renda via venda de sua mão de obra fora da unidade de produção.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral a formação do Sistema Agrário de Cerro Largo ocorreu por um acesso à terra de forma relativamente homogênea e bastante organizada. No entanto, a heterogeneidade de fertilidade e relevo intrínseca as próprias terras acessada pelos colonos e em maior grau a heterogeneidade das condições para a acumulação dos demais meios de produção levou a um intenso processo de diferenciação social na agricultura do município, o qual se intensificou ao longo do tempo. A produção animal, especialmente a de suínos e, mais tarde, a de bovinos de leite e em certo grau da soja foram a principal base de acumulação dos agricultores do município ao longo da sua história.

Devido a tal característica histórica de formação do sistema agrário a agricultura familiar é bastante presente e marcante no município de Cerro Largo, onde cinco dos seis tipos identificados são familiares. Embora se tenha observado um coeficiente “a” relativamente alto, o que garante tanto à reprodução social dos tipos, bem como expressa a existência de uma agricultura dinâmica e produtiva, as diferenças entre esses coeficientes, bem como a exploração excessiva dos meios de produção, pode levar a alguns problemas de ordem social e ambiental.

Do ponto de vista social, a intensificação da cadeia do leite bem como a da soja, pode vir a gerar no médio e longo prazo a ascensão e consolidação de categorias patronais, a qual já se deu para o caso de sistemas de produção de soja. Tal fato pode levar a uma acentuação das disparidades de renda entre os agricultores, sendo que tal dinâmica pode incidir, sobretudo, naqueles agricultores que dispõem de menores áreas, como no caso do tipo familiar diversificado ou de um agravamento e maior integração dos minifundiários como empregados de outros tipos ascendentes. Sendo assim, fica evidente a necessidade de políticas públicas para maior inclusão destes tipos vulneráveis na dinâmica da agricultura de Cerro Largo, tendo a equidade como objetivo do desenvolvimento rural.

Do ponto de vista ambiental, a intensificação do sistema de produção do leite, em geral baseado no uso de silagem em plantios sucessivos e sem o uso de cobertura de solo, tem aumentado as perdas de solo por erosão. Perdas essas também observadas nos plantios de grãos, no desuso de contenção mecânicas nas lavouras.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUFUMIER, M. **Projetos de Desenvolvimento Agrícola**: manual para especialistas. Salvador: Edufba, 2007.

DUFUMIER, M. **Agricultures et paysanneries des Tiers Mondes**. Editons Karthala. Paris, 2004.

FRANTZ, T. R.; SILVA NETO, B. A dinâmica dos sistemas agrários e o desenvolvimento rural. In: SILVA NETO B.; BASSO, D. (Org.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul**: análise e recomendações de políticas, ed. 2, Ijuí: Unijuí, 2015.

MAZOYER, M. ROUDART, L. História das Agriculturas do Mundo: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SCHNEIDER, S. Agricultura Familiar e desenvolvimento rural endógeno. In: FROEHLICH, J. M., DIESEL, V. **Desenvolvimento Rural**: Tendências e debates contemporâneos. 2009. 192p

SILVA NETO, B. **A Agroecologia na dinâmica da agricultura de Cerro Largo**. Chamada MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq N° 81/2013Linha 1. Desenvolvimento em 2014 (documento não publicado).

SILVA NETO, B. Sistemas agrários e agroecologia: a dinâmica da agricultura e as condições para uma transição agroecológica no município de Porto Xavier (RS), **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.9, p. 15-29, 2014.

SILVA NETO, B.; BASSO, D. Aplicação da Teoria dos Sistemas Agrários para a análise da agricultura do Rio Grande do Sul. In: SILVA NETO B.; BASSO, D. (Org.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul**: análise e recomendações de políticas, ed. 2, Ijuí: Unijuí, 2015.

SILVA NETO, B.; STAMBERG, A. R. P.; OLIVEIRA, A. Dinâmica do sistema agrário e transformações da agricultura familiar do município de Santo Antônio das missões, RS. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 24, n. 1/3, p. 77-114, jan./dez. 2007.